

Resenha de

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

**LUKÁCS E A TEORIA DO ESPELHAMENTO ESTÉTICO
LUKÁCS AND THE THEORY OF AESTHETIC MIRRORING**

Dagmar Manieri*

É com grande expectativa que presenciamos a mais nova tradução (e publicação) de uma obra de György Lukács no Brasil. Ela é, com certeza, uma das obras mais significativas do pensador marxista húngaro, escrita entre os anos de 1936 e 1937. Mas essa distância cronológica não retira toda a grandeza de seu conteúdo, bem como a importância que tem para os estudos literários.

O que se evidencia em *O romance histórico* é uma exposição da teoria do espelhamento estético, defendida por Lukács. Como já estamos cientes, através de um conjunto de obras relevantes, especialmente em seu *Realismo crítico hoje*, o pensador húngaro surge como um dos grandes teóricos do marxismo em assuntos literários. Para aqueles que não estão familiarizados com ele, uma nota prévia é de grande importância. Segundo Michael Löwy, Lukács passa em 1918 de uma “visão trágica do mundo para o engajamento político” (1979, p. 100). Isto equivale a dizer que a recente Revolução Russa de 1917 provoca um grande impacto no “anticapitalista ainda romântico que [Lukács] era então”, segundo Löwy. Desde então (até sua morte), Lukács permaneceu fiel a um marxismo de tendência leninista.

Essa nota é de grande importância, pois clareia as opções que Lukács adota no interior da literatura. *O romance histórico* inicia-se com uma apurada análise de Walter Scott. Para Lukács, o referido escritor é um modelo para o sucesso do romance histórico, segundo sua perspectiva teórica. Isto porque Scott, ao contrário que muitos creem, não é um romântico. “Na composição de seus romances”, seu herói é “mediano, prosaico”. Só isto já o faz se afastar do romantismo:

* Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É professor Adjunto no Colegiado de História (*campus* de Araguaína) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: dagmarmanieri@bol.com.br

Os heróis scottianos têm, como personagens centrais do romance, uma função oposta. Sua tarefa é mediar os extremos cuja luta ocupa o romance e pela qual é expressa ficcionalmente uma grande crise da sociedade. Por meio da trama, que tem esse herói como ponto central, procura-se e encontra-se um solo neutro sobre o qual forças sociais opostas possam estabelecer uma relação humana entre si (LUKÁCS, 2011, p. 53).

Mas há algo de mais positivo em Scott: sua arte tem um caráter popular. Ele figura a “vida cotidiana do povo”, suas alegrias, tristezas e crises. Assim, de forma bem conclusiva, Lukács elogia o romance histórico de Walter Scott. Aqui, estamos numa fase em que Lukács denomina de “realismo clássico”. Além de Scott, temos Tolstói, Balzac, Goethe e Púchkin que compõem a plêiade dos grandes escritores realistas deste período.

Dessa forma, podemos interrogar: por que Lukács enaltece o modelo realista clássico? Porque, assim pensa ele, essas obras apreendem (daí o “espelhamento estético”) de forma correta o objeto-real. Mas qual objeto-real? “Hegel (...) vê na história um processo impulsionado pelas forças motoras intrínsecas da história, cujo efeito todos atinge todos os fenômenos da vida humana, inclusive o pensamento” (Ibid., p. 45). Eis o objeto-real em Lukács: a sociedade concebida como um processo histórico (dialético, conflituoso) e que se aperfeiçoa, não de forma espontânea, mas pela práxis “consciente” do homem. Por isso que, na época do realismo clássico, o romance histórico (que emerge do romance social) surge com uma apreensão correta: ele figura a “compleição histórica interna da colisão das forças sociais”. Esse período do realismo clássico compreende a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, fase onde a burguesia ainda se apresentava em sua compleição democrática e líder cultural de uma época. É esta base sócio-política que explica o alto nível do “espelhamento estético” do realismo clássico. Após 1848, onde o proletariado se mostrou – ainda que através da derrota – que era uma força revolucionária considerável no seio do povo, temos uma guinada da burguesia. Ela torna-se liberal-conservadora, distanciando-se do universo das classes populares.

Nesse sentido, Lukács é fiel a essa analogia entre a guinada conservadora da burguesia e as novas tendências do romance histórico (e da própria literatura). A severidade de Lukács ante os escritores do pós-1848 é muito acentuada. Mas tal conservadorismo de esquerda não retira seu mérito: sua coerência é digna de um grande pensador.

Assim, a literatura do pós-1848 recebe a crítica impiedosa do pensador húngaro. É o que ele expõe no terceiro capítulo, “O romance histórico e a crise do realismo burguês”. O início da artilharia foca-se em Flaubert. Lukács faz uma análise apurada de *Salambô*; nesse contexto, Flaubert surge como um primeiro sinal da chegada do naturalismo. Tal perspectiva

literária (Lukács rejeita o conceito de “gênero”) aparece como um empobrecimento ante o antigo realismo clássico. Isto porque no naturalismo não há mediação. E como bom hegeliano, Lukács afirma: “A universalidade, concebida sem mediação, é necessariamente abstrata” (Ibid., p. 264).

Mas ao lado do naturalismo há algo mais problemático. É o que Lukács denomina de “os decadentes”. Esses últimos são aqueles intelectuais que não aceitam a mesmice da vida burguesa e, ao mesmo tempo, não apresentam uma solução à altura de seu tempo histórico: Flaubert, Baudelaire, Nietzsche, entre outros. Aqui está o grande problema em Lukács. Mas vamos esclarecer melhor essa problemática: por que “decadentes”? Lukács afirma que o desenvolvimento do capitalismo provoca uma acentuada privatização da vida pública: “A vida na sociedade atual tornou-se abstrata e privada” (Ibid., p. 168). Esse fenômeno (de base) condiciona a forma como a *intelligentsia* concebe seu mundo e a própria história. Assim, nessa fase, ao invés da literatura figurar a sociedade tomando como fundamento a “dialética de sua evolução contraditória”, ela concebe a história (e a sociedade) como um “caos multicolorido”, onde “nada se liga de modo verdadeiramente objetivo e orgânico à essência objetiva do presente”; por isso “a subjetividade (...) vagueia livremente” e pode “ligar-se ao que bem lhe apraz, como e onde lhe apraz” (Ibid., p. 223). Ou seja, os “decadentes” apresentam uma visão subjetiva da história (e da sociedade).

Por isso o problema maior em Lukács reside nesse nexo entre a postura de protesto (nos escritores) contra o capitalismo e a virada deste último para um liberalismo conservador. Lukács interdita uma saída no próprio âmbito da literatura. Os “decadentes” são jogados em uma mesma vala comum: “Nem mesmo o mais apaixonado desprezo de Flaubert pela burguesia liberal de seu tempo consegue suprimir seu vínculo artístico com as tendências decadentes da classe burguesa” (Ibid., p. 292). É que o pêndulo dos “decadentes” se move entre dois polos: por um lado concebem “uma história que nos é estranha”; por outro, colocam as “ideias e sentimentos em uma roupagem que não tem nada em comum com os acontecimentos históricos do passado retratado”.

Lukács prova essa verdade sobre a “vala comum burguesa”, com uma citação d’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx. Aqui, este afirma que ser “representante” de uma classe não significa a realização das mesmas atividades práticas, mas na incapacidade de transporem “em suas cabeças os limites que este não consegue ultrapassar na vida real”. Isto quer dizer que a concepção de mundo desses indivíduos está atrelada às “mesmas tarefas e

soluções para as quais ele é impelido na prática pelo interesse material e pela condição social”.

Em seu último capítulo, “O romance histórico do humanismo democrático”, Lukács analisa as obras dos escritores da fase do “imperialismo” (segundo suas palavras) e do “protesto democrático”. Neste quarto capítulo, o pensador marxista se aproxima de seu próprio momento histórico, ou seja, da ascensão do fascismo e das lutas contra essa formação política reacionária. Um novo otimismo literário parece surgir, motivado pela politização advinda da luta antifascista. O destaque fica para Romain Rolland que Lukács qualifica como o escritor que melhor “se apropriou das melhores e mais nobres tradições da arte clássica”. *Colas Breugnon*, a obra e também o nome de seu herói, mostra um “plebeu inteligente (...) e que julga as lutas de seu tempo de modo essencialmente correto” (Ibid., p. 398). Outros autores também são analisados, como Heinrich Mann, Anatole France (que é muito elogiado por Lukács), entre outros.

Mas como explicar a recuperação da qualidade do romance histórico? Neste ponto, a resposta de Lukács é muito interessante. Ele comenta que não se trata da simples intenção artística do escritor em desejar uma determinada representação: os fatores são de ordem sócio-histórica. “O *tory* moderado Walter Scott” produziu com melhor qualidade que o “democrata revolucionário Heinrich Mann” (Ibid., p. 404). Isso se explica da seguinte forma:

Pois a grandeza literária provém justamente da resistência às intenções subjetivas, da sinceridade e da capacidade de reproduzir a realidade objetiva. Quanto mais plena e facilmente vitoriosas são as intenções subjetivas, mais fracas e, por conseguinte, mais pobres e desprovidas de conteúdo tornam-se as obras (Ibid., p. 299).

Essa é talvez a passagem mais importante do livro. O objetivismo de Lukács transparece, aqui, de forma flagrante. Como ele bem diz em uma entrevista a *New Left Review* em 1970: “Mas devemos saber que, objetivamente, em cada questão só deve haver uma verdade” (Apud SADER, 1997, p. 97). Portanto, para a teoria do espelhamento que ele defende, são as dimensões da moral (a “sinceridade”) e do mérito (a “capacidade”) que devem ser pensadas (ainda que de forma secundárias) a um contexto histórico-social objetivo. Se este último apresenta-se em refluxo (como na segunda metade do século XIX), de nada adianta os primeiros elementos para garantir um alto padrão (ou nível) de espelhamento. Daí por que os “decadentes”, sem possuírem plena consciência dos efeitos de suas obras, compõem, no final, o caldo de cultura de uma época onde a classe dominante se aparta do povo: o

subjetivismo e o vazio da existência (o caos na história) são efeitos desse alheamento conservador da classe burguesa.

Como término dessa resenha, destacamos a excelente tradução de Rubens Enderle. A Boitempo Editorial, com essa publicação, contribui de forma decisiva para o debate em torno da estética no seio do marxismo. Agora, devemos esperar outras traduções do reconhecido teórico húngaro, cuja obra, em parte, ainda permanece desconhecida do leitor brasileiro.

Referências Bibliográficas

LÖWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1929)*. Tradução Heloísa H. A. Mello e Agostinho F. Martins. São Paulo:

LECH – Livraria Editora Ciências Humans, 1979.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

SADER, Emir (Org.) *Vozes do século: entrevistas da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Recebido em janeiro de 2012.

Aceito em abril de 2012.